A parenética scalabitana: piedade e estética barroca

Maria de Fátima REIS *

A oratória sacra adquiriu na época barroca¹ uma intensidade retórica, seja no enquadramento paroquial ou conventual, que dimana da piedade prevalecente. Proferida do púlpito², a pregação religiosa cumpria a dupla função de ensinar e exortar os fiéis. Expressividade gestual e eloquência potenciavam a mensagem. No âmbito do ministério eclesiástico, o pregador transmitia, defendia e incitava os ouvintes aos artigos da fé, à palavra da salvação. De que derivava uma pastoral ordinária-homiliética³ – e ocasional – sermonária – própria do tempo litúrgico ou de imperativos de circunstância. A prédica habitual desenvolvida pelos párocos e bispos no exercício do seu munus pastoral tinha uma dimensão essencialmente moralizante e catequética, enquanto o sermão propriamente dito, sendo também instrutivo no pastoreio das almas, distinguia-se pela sua motivação: gratulatória, deprecatória e encomiástica.

O dever dos párocos recitarem a doutrina cristã na estação da missa estava consignado nas *Constituições Sinodais de Lisboa* de 1737: “Mandamos a todos

* *Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.*

¹ Para a cronologia e sentidos múltiplos de aplicação da expressão “época barroca” na especificidade nacional, vejam-se as sínteses de Hernâni Cidade, “Barroco”, *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, [s.l.], Iniciativas Editoriais, imp. 1979, pp. 303-305; José Fernandes Pereira, “Estilo Barroco”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 69-76; M. Lopes de Almeida, “Portugal na época de D. João V. Esboço de Interpretação Politico-Cultural da Primeira Metade do Século XVIII”, *Atas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Washington. 15-20 de Outubro de 1950*, Nashville, The Vanderbilt University Press, 1953, pp. 253-259; Yves Bottineau, “Le Goût de Jean V: Art et Gouvernement”, *Bracara Augusta. Revista Cultural de Regionalismo e História da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXVII, n.º 64(76), Braga, 1973, pp. 341-464 e Jorge Borges de Macedo, “De l’or aux diamants: le Portugal au XVIII^e siècle. Une perspective”, *Europalia 91. Portugal. Triomphe du Baroque. Palais des Beaux Arts. 19 Septembre – 29 Décembre 1991* [Catálogo da Exposição], [s.l.], Fondation Europalia International, [1991], pp. 23-31. De momento interessa acentuar do organismo social barroco, o elemento religioso, pelo seu conteúdo de exacerbamento espiritual.

² Para compreender a sua funcionalidade no interior da igreja barroca vide Natália Marinho Ferreira Alves, “Púlpito”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 387-388.

³ Dever reafirmado pelo Concílio de Trento. Vejam-se os seus resultados em Raúl de Almeida Rolo, *L’Evêque de la Reforme Tridentine. Sa mission pastorale d’après le Vénérable Barthélemy des Martyrs*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965.

os Priores das Igrejas delle [Arcebispado], que em todos os Domingos, e festas solemnes do anno, além da doutrina Christã, e orações que tem obrigação de ensinar aos meninos, [...] préguem por si próprios a seus fregueses, tendo sciencia, e aprovação nossa para isso, ou fação prégar por outras pessoas idoneas [...]. E não tendo sufficiencia para prégar, lhes fação praticas espirituas segundo sua capacidade, e a dos ouvintes, em que lhe ensinem o que lhes he necessario seguir para a sua salvação, e para fugir dos vicios, e abraçarem-se com as virtudes. E devem nas mesmas praticas tratar muitas vezes do Mysterio do Sacrificio da Missa, e do Evangelho que nella se disser, e dos Sacramentos, como particularmente lhes encarrega o mesmo Sagrado Concílio Tridentino”⁴.

Preceituando os moldes desse magistério, recomendava-se a eventual substituição dessa palavra, pela leitura de obras espirituais, designadamente o *Catecismo* de D. Frei Bartolomeu dos Mártires e o ensino de algumas orações⁵. Incumprimentos sujeitos a sérias sanções: aos párocos “que na execução do cumprimento de sobreditos forem negligentes, por espaço de seis mezes, depois de serem admoestados, se procederá com censuras, e excômunhoens, e com suspensão dos seus officios [...]”⁶.

Esta prédica litúrgica ordinária, difícil de rastrear, porque fazendo parte da rotina pastoral e, logo, raras vezes complementada com suporte escrito, não requeria substancial talento dos pregadores. Aspecto denunciado pelas próprias *Constituições Sinodais* ao aludirem à negligência e falta de zelo de muitos curas na comunicação dos conteúdos doutrinários, seguindo-se “alguns erros, escandalos, ou occasioens de rizo, e zombaria, que se não devem permitir em matérias tão graves, e tão importantes [...]”⁷

No caso estudado, as práticas dominicais e dos dias de preceito, Próprias do Tempo – Advento, Natal, Quaresma, Tempo Pascal e Tempo Comum – e Próprias dos Santos preenchem a pregação de estrutura⁸. Sabe-se que a temática das pregações nas principais solenidades do calendário litúrgico, conforme o relato de escritores coevos⁹, era predominantemente cristológica, invocando os Mistérios de Cristo: Cristo Agonizante, Cristo Redentor, Corpo de Cristo ... Seguiam-se as pregações marianas, umas relativas às principais festividades locais – memória do Trânsito¹⁰, Nossa Senhora da Boa Morte¹¹, Nossa Senhora

⁴ *Constituições Synodaes do Arcebispado de Lisboa [...]*, Lisboa Oriental, Na Officina de Filippe de Sousa Villela, 1737, pp. 283-284.

⁵ *Ibidem*, p. 284.

⁶ *Ibidem*, p. 284.

⁷ *Ibidem*, p. 286.

⁸ Vide os quadros I e II apresentados na nossa Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa em 1999, intitulada *Santarém no Tempo de D. João V. Administração, Sociedade e Cultura*, vol. II, pp. 747-749.

⁹ Está-se a querer referir Inácio da Piedade e Vasconcelos, *História de Santarém Edificada [...]*, 2 tomos, Lisboa Occidental, [s.n.], 1740 e Luís Montês Matoso, *Santarém Ilustrada [...]*. Cópia do manuscrito da Biblioteca de Évora, Códice CIII/2-4. Cópia mandada tirar pela Câmara Municipal de Santarém em 1940, 2 vols.

¹⁰ Lembrada a 14 e 15 de Agosto na igreja de Marvila. Vide Inácio da Piedade e Vasconcelos, *op. cit.*, tomo I, pp. 110-111.

¹¹ Festejada a 13 de Agosto no Colégio da Companhia de Jesus. Vide Luís Montês Matoso, *op. cit.*, pp. 342-343.

da Piedade¹² e Nossa Senhora dos Anjos¹³ – e outras advenientes dos festejos das diversas irmandades da Sua dedicação – Nossa Senhora da Oliveira, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora das Neves, Nossa Senhora da Encarnação, Nossa Senhora dos Anjos, Nossa Senhora da Piedade, Nossa Senhora do Rosário, da Avé Maria¹⁴. Por último, lembre-se que as várias devoções santorais, algumas enquadradas em confrarias, motivavam uma pregação regular: Santo António, S. Miguel, S. Silvestre, Sta. Iria, S. Roque, S. Caetano, Sta. Ana, S. Pedro, S. João Baptista, Sta. Catarina e Sta. Eufémia¹⁵. As inúmeras invocações de Cristo e da Virgem, os novenários e oitavários das solenidades dos santos, o Natal, o tríduo sacro, a Páscoa, o Pentecostes, as festas aos oragos das freguesias e das confrarias exigiam, pois, a prédica nas celebrações religiosas.

Se esta habitual pregação estava geralmente a cargo do clero secular, a parenética extraordinária confinava-se, praticamente, ao clero regular. A óbvia finalidade pragmática do sermão – informar e persuadir – sobrelevava-se na pregação ocasional. Justificava-se, por conseguinte, uma maior preparação na arte da eloquência. A habilidade do orador no domínio não só da doutrina, mas também da retórica, e a excepcionalidade do momento conferia à pregação dita extraordinária um carácter mais apelativo. Muitos foram os pregadores de nomeada a passarem pelos púlpitos santarenos.

As *Constituições Sinodais* são claras nos requisitos do ofício do púlpito: “que os Prégadores [...], tenham as partes, letras, vida, e costumes que se require. Mandamos que para se lhes passar licença, sejam primeiro examinados da sciencia por Nós, ou por nosso Provizor, ou pellas pessoas, às quaes o commetermos, e se faça informação de suas vidas, e costumes, e idade”¹⁶. Assim se percebe a primazia dos regulares nos conventos e nas igrejas paroquiais. No sermonário inventariado para a vila de Santarém na primeira metade de Setecentos – seja o impresso, manuscrito ou oral¹⁷ – é notório o empenhamento de Terceiros, Dominicanos, Agostinhos, Franciscanos, Trinitários, Jesuítas e, com muito menor expressão, Carmelitas, Arrábidos e Lóios¹⁸. Afinal, apesar das muitas solicitações, só mesmo os sacerdotes mais credenciados seriam convidados para essas ocasiões, como se verifica com os presbíteros do hábito de S. Pedro¹⁹. O que explica, no entender de João Francisco Marques, a diminuta percentagem de sermões impressos da autoria de sacerdotes seculares na parenética portuguesa²⁰.

¹² Celebrada a 27 de Maio na igreja da Piedade. Vide idem, *ibidem*, p. 377.

¹³ Festejada na primeira oitava do Espírito Santo, na ermida de Nossa Senhora dos Anjos. Vide idem, *ibidem*, pp. 209-210.

¹⁴ Vide Maria de Fátima Marques Dias Antunes dos Reis, *op. cit.*, pp. 449-477.

¹⁵ Vide idem, *ibidem*, pp. 485-501 e 748-749.

¹⁶ *Constituições Synodales do Arcebispado de Lisboa* [...], p. 221.

¹⁷ Ao todo teve-se notícia da pregação de sessenta e um sermões, dos quais nove impressos, dois manuscritos e dos demais só se sabe da vertente oral. Vide Maria de Fátima Marques Dias Antunes dos Reis, *op. cit.*, p. 761.

¹⁸ Vide idem, *ibidem*, p. 764.

¹⁹ Vide idem, *ibidem*, p. 764.

²⁰ Vide João Francisco Marques, *A Parenética Portuguesa e a Restauração. 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*, vol. I, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p. 51.

Arte que procurava convencer o auditório, o seu desempenho assentava em princípios de eloquência sacra compendiados em manuais. Alguns marcaram profundamente a preceptiva oratória da clerezia. Diga-se, a este propósito, como salientou Manuel Augusto Rodrigues, que só em princípios do século XVI, a Sagrada Escritura passou a fazer parte do currículo universitário português. Inclusão tardia que se compreende, no seu entender, pela “preocupação do ensino da Teologia especulativa, de forma sistematizada, para o que, naturalmente, se recorria constantemente aos textos bíblicos; mas não se estudava Sagrada Escritura com o mesmo critério, porque ela era objecto de leitura e meditação para formação espiritual, nos colégios, nos Conventos e nas assembleias cristãs. [...] A introdução da Sagrada Escritura como cadeira universitária situa-se, pois, neste contexto particular da História da Igreja. Corresponde a uma necessidade premente da vida católica contra os desvios dos protestantes. E, há a acrescentar, essa necessidade tornou-se tão premente que aquela cadeira veio a desdobrar-se depois (1545 – e confirmado nos Estatutos de 1559) em duas: a de «Tercia» (Novo Testamento) e a de «Noa» (Antigo Testamento). Isto passa-se em Coimbra (é interessante notá-lo) antes da abertura do Concílio de Trento, havendo a registar que essas duas cadeiras de Sagrada Escritura foram confiadas a dois professores especializados em Paris”²¹.

Surgiram, então, obras específicas de formação na oratória sacra. Cite-se a *Rhetórica Ecclesiastica*, de D. Caetano Barbosa, do terceiro quartel de Seiscentos, considerada por Aníbal Pinto de Castro, verdadeiro paradigma do “método português” de pregar²² e a *Rhetorica Ecclesiastica* de Frei Luís de Granada que foi o livro principal da eloquência sacra portuguesa ao longo do século XVII²³.

Sendo o *Sermão da Sexagésima*, do Padre António Vieira, expoente dessa contextura discursiva, que dominou a parenética portuguesa durante a primeira metade do século XVIII. Estrutura organizada em tema, proposição, exórdio, narração, confirmação (e confutação) e peroração ou epílogo²⁴, e cuja demonstração assentava em *conceitos predicáveis*, isto é, em máximas bíblicas engenhosamente ajustadas ao tema desenvolvido, consoante as faculdades do orador²⁵. Talentos que na sua plenitude expressiva denotavam, segundo Pinto de Castro um “barroquismo concionatório”²⁶ primeiramente consagrado no

²¹ Manuel Augusto Rodrigues, *A Cátedra de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra. Primeiro Século (1537-1640)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1974, p.27.

²² Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e Teorização Literária em Portugal. Do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1973, pp.112-132.

²³ Vide João Francisco Marques, “Oratória Sacra ou Parenética. II. Época Moderna”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Direcção de Carlos Moreira de Azevedo, Vol. III, [s.l.], Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, pp. 484-485.

²⁴ Vide Aníbal Pinto de Castro, *op. cit.*, pp. 277-339.

²⁵ Vide idem, *ibidem*, em especial, pp. 132-133 e 143-227.

²⁶ Vide idem, *ibidem*, pp.277-278.

Zodiaco Soberano (1726), de Frei Jorge de Santa Rosa de Viterbo e compendiado por Frei José Caetano na obra *Divini. Verbi Hierologia* (1730-1735), verdadeiro repositório do código estilístico da “parenética barroquista”, marcada pela argúcia da sobrecarga ornamental. Gosto ainda vivo na *Arte da Rhetorica* (1750), de Manuel Pacheco de Sampaio Valadares²⁷.

Do predomínio do *delectare* caminha-se para o privilégio do *docere*. Os sinais de crítica e renovação encontram-se, no entender de Pinto de Castro, na *Nova arte de conceitos* (1718-1721), de Francisco Leitão Ferreira, que propõe uma moderação conceitual: retórica perceptível, sóbria, equilibrada e verdadeira²⁸. Todavia, é consensual, que só com Luís António Verney se desencadeou uma plena reacção anti-barroca²⁹. Publicado em 1746, o *Verdadeiro Método de Estudar* sugere uma renovação do sistema pedagógico nacional, em todos os níveis de ensino, seja no domínio dos métodos ou no das matérias³⁰. A “verdadeira estrada da Eloquência” é proposta nas cartas V e VI³¹. “Arte de persuadir”, é certo, a retórica deve ser, conforme intenta, a “perspectiva da razão”, sem o excesso de “tropos e figuras”³². Para o “bom gosto da Eloquência” a “primeira regra do Método” será “facilitar a inteligência”³³; exigindo-se, pois, uma retórica em Português, que permita, de facto, um bom entendimento dos preceitos e dos exemplos. Os “Tropos, Metáforas, ou Metonímias” que podem tornar “mais gostosa a conversação” devem usar-se com racionalidade: “em tempo e lugar próprio, e quando o discurso o pede”³⁴. Só no seu bom uso reside o “Estilo Sublime”; e diz, “são poucos os homens que saibam abraçar uma distribuição moderada de ornamentos no discurso”³⁵. Intentando uma substituição da subtileza do ornato e da inverosimilhança pelo empenho da verdade doutrinária, Verney contrapõe ao “Estilo Sublime” o “Estilo Simples”³⁶.

A propensão para o “vício do ambíguo”³⁷ foi reconhecida pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, na pastoral de 2 de Julho de 1742, publicada nas igrejas da vila de Santarém no domingo, 12 de Agosto³⁸. Na qual se adverte os pregadores para a moderada aplicação engenhosa das expres-

²⁷ Vide idem, *ibidem*, pp. 230-275.

²⁸ Vide idem, *ibidem*, pp. 143-227.

²⁹ Para o posicionamento de Verney na cultura europeia do seu tempo vide António Alberto Banha de Andrade, *Verney e a cultura do seu tempo*, Coimbra, por Ordem da Universidade, 1965.

³⁰ Reconhece-se que alguns desses sentidos se encontram na renovação pedagógica pombalina. Sobre o assunto vide Luís Cabral de Moncada, *Um «iluminista» português do século XVIII: Luís António Verney. Com um «apêndice» de novas cartas e documentos inéditos*, Coimbra, Arménio Amado Editor, 1941.

³¹ Luís António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, vol. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora, imp. 1950, pp. 1-197.

³² Vide idem, *ibidem*, pp. 7-8.

³³ Vide idem, *ibidem*, p. 60.

³⁴ Vide idem, *ibidem*, pp. 66-67.

³⁵ Vide idem, *ibidem*, p. 86.

³⁶ Vide idem, *ibidem*, p. 91.

³⁷ Vide Aníbal Pinto de Castro, *op. cit.*, pp. 83-141.

³⁸ Vide Luís Montês Matoso, *Anno Noticioso e Histórico. 1742*. Transcrição e Notas de Maria Rosalina Delgado, [Lisboa], Lisóptima Edições, Biblioteca Nacional, 1996, pp. 285-288.

sões, de sorte que “nam elejam paradoxos por assumptos, que se costumam ordenar com subtilezas, sem fundamento de verdade”, que só “servem de ostentar vaidade do Pregador em confuzam e detrimento das almas”³⁹. O discurso deve ter clareza e verdade. Para isso, lê-se, façam-se “discursos moraes”, mas “despreze-se o noscivo, e superfluo”, as “palavras exquisitas” e os “estyls affectados, e artificiozos”⁴⁰.

Instrução que se situa já num momento renovador do estilo parenético: pedagogia sem teatralidade retórica. A teorização da parénesis renovada é da autoria de Frei Manuel da Epifania, com o seu *Verdadeiro Método de Pregar* (1759), a que se seguem as *Conversações familiares sobre a eloquência do púlpito* (1762), de Frei Sebastião de Santo António e as *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito* (1770), de Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas⁴¹.

O alcance do tema dos sermões e o renome dos pregadores concorriam para a impressão das prédicas. Assim se percebe que dos sermões inventariados apenas se sabe que circularam impressos os proferidos pelas canonizações de santos – S. Luís Gonzaga, S. Estanislau Kostka, S. João da Cruz e S. João Francisco Regis -, por capítulos provinciais – Capítulo da Província de S. Francisco – e pelas exéquias de D. João V⁴². Situam-se nestes casos os seguintes oradores: Frei João da Cruz, Frei António de St^o Ambrósio, Frei António de S. Domingos, Frei José de Nossa Senhora, Frei António da Piedade, Frei Manuel de S. Tomás e Frei João de Santa Margarida, todos relativos aos sermões em honra dos citados santos; Frei Inácio de Santa Maria, referente ao sermão em acção de graças pelo dito capítulo Provincial e Frei José de Nossa Senhora do Pilar, concernente ao epicéδιο panegírico nas exéquias do *Magnânimo*⁴³. Muitos outros pregadores de notória nomeada, dominaram a parenética scalabitana extraordinária da primeira metade de Setecentos: Frei José Manuel da Conceição, Frei Francisco de Santa Teresa Pombo, Frei José dos Santos, Frei Pedro de S. Francisco⁴⁴...

A índole laudatória prevalece na parenética extraordinária santarena: seja do aplauso pelas recém canonizações e festejos santorais (vinte sermões) aos louvores pelas reedificações e remodelações de templos (dezassete sermões). Preenchem ainda essa sermonária excepcional, motivações deprecatórias (oito sermões) – aquando de condições climatéricas adversas, de “febres malignas” e da doença de D. João V -, acções missionárias (seis sermões), fundamentos congratulatórios (cinco sermões) – prodígios e benefícios obtidos-, panegíricos fúnebres (quatro sermões) – de monarcas ou nobres – e capítulos Provinciais (um sermão)⁴⁵.

³⁹ Vide idem, *ibidem*, p. 286.

⁴⁰ Vide idem, *ibidem*, p. 286.

⁴¹ Para uma pronta visão do percurso e das inerentes polémicas dos modos de pregar vide João Francisco Marques, “Oratória Sacra ou Parenética [...]”, pp. 492-497.

⁴² Vide Maria de Fátima Marques Dias Antunes dos Reis, *op. cit.*, vol. II, quadro III, pp. 755-760.

⁴³ Para obviar, neste local, a circunstanciada referência a cada um dos pregadores citados, vejam-se os respectivos apontamentos biográficos em idem, *ibidem*, pp. 761-763.

⁴⁴ Tenha-se presente o que se disse supra e veja-se idem, *ibidem*, pp. 761-764.

⁴⁵ Vide idem, *ibidem*, vol. II, o referido quadro III, a pp. 755-760.

Agradecer e implorar ocasionavam uma intervenção regular do clero congreganista, destacando-se as Ordens Mendicantes, nos púlpitos santarenos – paroquiais e conventuais -, além da prédica litúrgica ordinária, a cargo dos sacerdotes. Testemunhos do sentimento religioso do tempo – manifestamente cristocêntrico e mariano -, da arte retórica da época e da preparação oratória dos pregadores, os sermões e as pregações homiléticas visavam, consoante a capacidade dos ouvintes, persuadir o público no adensamento devocional.